

O Século de Augusto: entre a guerra e a paz, conflitos e traumas
The Saeculum Augustum: between war and peace, conflicts and traumas

Virgínia Soares Pereira ¹
virginia@ilch.uminho.pt

Intrinsecamente ambígua, a figura de Augusto (63 a.C.- 14 d.C.) continua a suscitar entre os académicos ou os amantes do passado romano um grande interesse e uma enorme perplexidade. Determinado e ambicioso, ainda que aparentemente frágil, Octaviano venceu Marco António em Áccio e a partir daí, apoderando-se paulatinamente dos órgãos políticos vitais do Estado romano, alcançou o poder absoluto. Acompanharemos este percurso através do seu testamento político, as *Res Gestae Divi Augusti*, e veremos como deixou registo, neste documento, dos conflitos e traumas que teve de enfrentar até se tornar o Senhor único de Roma.

Being intrinsically ambiguous, Augustus' figure (63 BC-14 AD) remains a matter of interest and a huge perplexity among scholars and lovers of the Roman past. Determined and ambitious, although apparently fragile, Octavian defeated Antony at Actium and from then on, gradually taking over the vital political bodies of the Roman state, reached absolute power. We will follow this path by analyzing a few steps of his political testament, the *Res Gestae Divi Augusti*, and we will see how he therein registered conflicts and traumas that he had to endure until he became the only Lord of Rome.

PALAVRAS-PASSE

Augusto, *Res Gestae*, conflito, trauma.

KEYWORDS

Augustus, *Res Gestae*, conflict, trauma.

¹ Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, Braga, Portugal.

Há dois mil anos

Celebraram-se, no ano passado, os dois mil anos da morte de Augusto e por todo o mundo se multiplicaram Congressos e Colóquios dedicados à figura deste homem que uniu para sempre o seu nome à instauração do regime imperial e à história de Roma e da Europa. Aproveitando o ensejo, quer da efeméride de 2014, quer do tema escolhido para o XVI Colóquio de Outono (*Conflito e trauma*), realizado em finais desse mesmo ano, proponho-me revisitar a actuação de Augusto no decurso do seu longo principado de 57 anos², decorrido entre conflitos e traumas, bem como evocar a imagem que quis deixar de si à posteridade, num texto da sua autoria, as *Res Gestae Diui Augusti*, que constituem uma espécie de relatório, mas são também testamento político, no qual o *princeps*, como gostava de ser designado, deixou registados os momentos mais significativos do seu Principado e os conflitos e traumas que enfrentou.³

Augusto, um ser predestinado

Augusto revelou-se, ao longo da vida, um ser excepcional, e a excepcionalidade de toda a sua carreira política fez com que aos poucos fosse olhado como um homem de missão, o salvador do estado romano, um ser destinado a estabelecer a paz na terra e no mar e a levar essa paz até aos confins do mundo habitado, da *oikoumene*. A este título é significativo o que lemos na biografia de Cícero da autoria de Plutarco, no passo em que o biógrafo grego explica os motivos que terão levado o Arpinate a apoiar o jovem e insignificante César Octaviano contra o arrogante Marco António (Plutarco 44. 3-4):

É que, ao que parece, quando eram ainda vivos Pompeu e César, Cícero sonhara que os filhos dos senadores estavam a ser chamados ao Capitólio para que um deles fosse designado por Zeus para vir a ser o chefe de Roma; e que os cidadãos correram apressadamente e colocaram-se à volta do templo, enquanto

²A saber, no tempo que medeia entre a morte de Júlio César, em 44 a.C., e 14 d.C., ano da morte de Augusto. Lembre-se apenas que Augusto, que para muitos foi o primeiro imperador de Roma, começou por se chamar Gaio Octávio, passou a chamar-se Gaio Júlio César Octaviano (quando se tornou filho adoptivo de Júlio César), e a partir de 27 a.C. ficou conhecido como César Augusto, por ter adoptado o título honorífico de *Augustus*, que o Senado lhe outorgara nesse ano. Segundo Galinski (1998: 377), o verdadeiro nome que Octaviano adoptou, e pelo qual ficou conhecido, foi o de Imperator Caesar Augustus, mantendo a correspondência com o padrão tradicional do nome romano: *praenomen, nomen e cognomen*.

³“Século de Augusto” foi a designação que o próprio Senado romano decidiu dar a todo o tempo de vida de Augusto, isto é, um período de quase 77 anos, de 63 a.C. a 14 d.C. Esta designação retoma o sentido do adjectivo *augustus*, título de tonalidade religiosa que o *princeps* ostentava desde 27 a.C, e exprimia a ideia de benéfico e venerando. Mas ele mesmo preferia autodesignar-se como *princeps*, isto é, o primeiro dos cidadãos, título que está na origem da designação de Principado dada ao regime que instaurou. Sempre quis ser visto como *princeps senatus*, o primeiro dos cidadãos em *auctoritas*, mas igual aos restantes em poder (*potestas*).

as crianças, envergando a toga pretexta, se sentaram em silêncio. Subitamente, abriram-se as portas do templo e os rapazes levantaram-se e, um a um, iam passando em círculo à volta do deus, que os observava a todos e os ia despedindo, para grande tristeza deles. Até que um se aproximou e Zeus, estendendo a mão direita, apontou-o e disse: “Romanos, quando este for o vosso chefe, terminarão as guerras civis”.

Plutarco continua dizendo que Cícero não conhecia o menino do sonho e que no dia seguinte, passando no Campo de Marte à hora a que as crianças regressavam a casa, reconheceu imediatamente o rapazinho que vira em sonhos, pelo que passou, desde então, a olhar para ele de forma diferente, carinhosa mesmo.⁴

Por seu turno, outro biógrafo um pouco posterior a Plutarco, Suetónio, fala da “futura grandeza” de Augusto e da “sua inalterável felicidade” (*Aug.* 94), e diz que esta singularidade fora anunciada já por prodígios, sonhos, vaticínios, antes e durante a sua vida. A narrativa suetoniana segue em estilo profundamente hagiográfico, deixando a sugestão de estarmos na presença de um eleito dos deuses. Sirva de exemplo o prodígio narrado a respeito de um episódio ocorrido quando o futuro Augusto era ainda criança e passava férias na casa de campo do seu avô: importunado com o coaxar das rãs, mandou-as calar, e, remata o biógrafo dos Césares, “diz-se que desde então as rãs não cantam”.

Estes dois exemplos, o sonho de Cícero, narrado por Plutarco (c. 46-112 d.C.), e o prodígio das rãs, registado por Suetónio (c. 75 d.C.-c. 150 d.C.), são bem ilustrativos de como cem anos depois, no tempo destes biógrafos, já tinha feito caminho a ideia de Augusto como um ser predestinado, possuidor de dotes sobrenaturais.

A “revolução romana”

Os começos da vida política do futuro Augusto não foram fáceis. O regime imperial instaurado por ele é resultado da persistente instabilidade política romana dos finais da República, que culminou no assassinato de Júlio César. Segundo Suetónio (*Iul.* 86), foram muitos os contínuos pressentimentos e avisos de que a sua vida perigava, mas Júlio César ignorou-os: sentia-se relativamente seguro e acreditava que ninguém atentaria contra ele, pois convencera-se de que, como dizia, Roma mergulharia de novo nas guerras civis, se algo de mal lhe acontecesse. E não se enganava. Na verdade, na sequência do cesaricídio, assistiu-se à rápida ascensão política do jovem Octaviano, sobrinho-neto de Júlio César e seu filho adoptivo, herdeiro de uma fortuna colossal e decidido a dominar Roma e o mundo. Paulatina,

⁴ Mais tarde, aceitará a proposta de apoio apresentada pelo jovem César Octaviano, mas esse apoio ditará o seu fim, pois será vítima das proscricções e da vingança implacável de Marco António.

mas muito pensadamente, foi criando as bases do Principado.⁵ Por isso aquele assassinato, que pretendia devolver a liberdade à República, acabou por se revelar “o crime mais estúpido da história”, no dizer de Goethe,⁶ pois não evitou o que de há muito estava em fermentação: a emergência de um poder unipessoal, detentor de todos os poderes, ainda que sob a aparência de respeito pelas instituições da república.⁷ Logo de início, o jovem Octaviano, dotado de uma astúcia invulgar, foi canalizando todos os acontecimentos a seu favor. Na verdade, quem estava mais bem posicionado para continuar a acção de Júlio César era Marco António, já então um general de reconhecida fama, lugar-tenente do ditador assassinado e candidato a suceder-lhe. Já quanto a Octaviano, com apenas dezanove anos, ninguém dava nada por ele. Se alguns o apoiaram – como Cícero, ansioso por voltar à ribalta política –, foi com o objectivo de se verem livres dele logo que possível, mas o seu tacto político e a sua persistência conseguiram que o Senado e o povo romano se rendessem à sua vontade, anulando todos os obstáculos. Decidido a ocupar um espaço importante na vida política, ainda com vinte anos forçou o Senado a atribuir-lhe o consulado, quando, de acordo com a lei, deveria ter pelo menos 43 anos e candidatar-se em eleições.⁸ Depois, constituiu com Marco António e Lépido o segundo triunvirato⁹, para perseguir os tiranicidas e, depois, para afastar o perigo protagonizado por Sexto Pompeio, que era senhor dos mares da Itália e com os seus navios impedia o aprovisionamento da cidade. Por fim, quebrou o pacto de aliança firmado com os colegas de triunvirato e, decidido a isolar Marco António, dirige-se para Oriente e, no ano de 31 a.C., declara guerra a Cleópatra. Não seria mais uma guerra civil (ela era uma rainha estrangeira), mas acabarão por confrontar-se os dois grandes rivais em batalha naval

⁵ Barbara Levick (2010: 23-62) demonstra como Augusto teve uma atitude racional e consistente no sentido de alcançar o poder único e a sua perpetuação”.

⁶ Referência colhida em Santiago Montero, Gonzalo Bravo y Jorge Martínez-Pina (n.d.), p. 9.

⁷ O facto de César agir como senhor único de Roma, de envergar quotidianamente a *uestis triumphalis*, de ter sido nomeado *dictator perpetuus*, amedrontou os espíritos amantes da liberdade. O cesaricídio acontecera porque figuras eminentes da República se sentiam ameaçadas com o excessivo poder político e militar de Júlio César, lembradas de outros poderes ditatoriais. Bruto, Cássio e outros pensaram organizar-se para derrubar o ditador. Uma importante componente da ideologia augustana é, para usar palavras de Francisco Oliveira (2010: 11), “o regresso ao passado e a ficção republicana”. Por outras palavras, Augusto teve sempre a preocupação de manter a aparência de legalidade da sua actuação, mesmo quando subvertia o tradicional quadro institucional. Marcel Bordet (1993: 202) é muito claro a este respeito: “Por fim, em novembro de 43, a *Lex Titia* conferiu-lhe por cinco anos o *imperium* triunviral, renovado pelo mesmo período após o encontro de Tarento.” Quer isto dizer que o Senado sancionou a coligação estabelecida entre Octaviano, Marco António e Lépido, conferindo-lhe o estatuto de legalidade, para mais alicerçada no poder militar. Desta forma, continua Bordet: “Todos estes poderes são irregulares e extraordinários, mas não ilegais, e a República já tinha conhecido outros idênticos antes da ditadura de César.” Na verdade, todo o poder de Augusto foi sendo estabelecido e acrescentado gradualmente e, insista-se, sob a aparência de legalidade, apesar dos constantes atropelos à tradição republicana. Segundo Galinski (1998: 376), Augusto “was not dictator, consul, let alone king or *dominus* in perpetuity, but his *auctoritas* was perpetual.” Sobre esta tendência autocrática de Augusto, vd. B. Levick (2010).

⁸ Segundo M. Bordet (1993: 202), Octaviano obteve o consulado, em 43, sem ter exercido antes qualquer magistratura, depois em 33 e daí em diante, sem interrupção, de 31 a 23; em 36 é-lhe concedida a inviolabilidade tribunícia.

⁹ Estabelecido entre Octaviano, Marco António e Lépido, com o apoio da *lex Titia*, para restabelecer a República: *rei publicae constituendae*. Octaviano entrara na arena política em 44 a.C., ano em que M. António era cônsul; quando chegou a Roma, vindo da Grécia, o cônsul não veio recebê-lo, mas aparentemente Octaviano não se importou com o que outros, mais experimentados na política, consideraram falta de respeito para com o filho adoptivo de Júlio César, assassinado. Ficando sozinho em Roma, Octaviano tudo faz para denegrir a imagem do seu principal rival, M. António. Faz abrir o seu testamento e propala que é intenção do rival deslocar a capital do Império para Alexandria. Entretanto, surgem problemas em Roma, nomeadamente relacionados com o abastecimento alimentício da cidade, dificultado pelas manobras militares de Sexto Pompeio, filho de Pompeio Magno. Será Marco António, que vem apoiar Octaviano, a resolver a difícil situação, com a vitória em Náuloco.

junto ao promontório Áccio. Este acontecimento, de grande repercussão na história da Europa, estará na origem da viragem definitiva de regime, do republicano ao imperial, das guerras civis à paz, da insegurança à celebrada *pax Romana*. Acrescente-se que essa viragem será reforçada no já referido ano de 27 a.C., quando o Senado lhe outorgou plenos poderes e atribuiu o título honorífico de *augustus*. Os Romanos acreditavam que o estado crescerá sob o seu comando, pois assim o sugeria a etimologia do epíteto *augustus*, que veiculava as ideias de prestígio, prosperidade e autoridade. Aos poucos ia fazendo caminho a ideologia da Vitória, que era entendida como símbolo ou sinal de favor divino. Para celebrar as vitórias militares alcançadas, Augusto envergava a *uestis triumphalis* em ocasiões solenes e repetiram-se por vinte e uma vezes as saudações ao *princeps* como *imperator*. Marcel Bordet lembra (1993: 204) que “Também se colocou no Senado uma estátua ao vencedor de Áccio, segurando na mão o globo encimado pela Vitória”.¹⁰

Conflitos e traumas

Mas o caminho em direcção à paz almejada por todos não foi fácil e sem percalços. Até alcançar a chamada paz augustana, Roma teve de suportar muitas dificuldades e teve de travar muitas guerras. As palavras do próprio Augusto (§ 13) são muito claras a este respeito: *Terra marique parta uictoriis pax*: a paz alcançada à força de vitórias em terra e no mar.¹¹

As guerras internas, que se pensava terem acabado com o cesaricídio, prosseguiram com a mesma violência. A guerra de perseguição movida contra os assassinos de Júlio César, primeiro em Itália, depois em Filipos (na Macedónia), foi manchada de sangue como nenhuma outra, no dizer do historiador Veleio Patérculo.¹² Virgílio, por sua vez, não deixou de evocar, no final do livro I das *Geórgicas*, os prodígios que acompanharam a morte de César e o receio de novas guerras civis, que se realizarão já fora da Itália.

Seguiu-se a guerra de Perúsia, motivada pela distribuição de terras aos militares licenciados, por decisão de Octaviano - uma decisão que deu azo a momentos de grande dor, angústia e desespero, como sempre acontece em casos de expropriações. Fúlvia, mulher de Marco António, e um irmão deste, Lúcio António, fizeram parte do movimento dos indignados perante essa expropriação de terras. Foi um conflito que o próprio Virgílio deixou registado, nas *Bucólicas*, ao transpor para o mundo bucólico da serenidade e da paz momentos de angústia e contestação. Interroga-se um dos pastores: Como saberão os soldados cuidar das

¹⁰ No ano anterior (28), fora proclamada uma amnistia geral, que haveria de pôr fim às odiosas proscricções do passado.

¹¹ K. Galinski (1998: 128) lembra como Plínio (H.N. 7. 149-150) caracterizou Augusto, sublinhando, não a sua *felicitas*, mas sim os múltiplos reveses e dificuldades que enfrentou na vida.

¹² V. Patérculo II, 71, 1: *Non aliud bellum cruentius caede clarissimorum uirorum fuit*, “Nenhuma outra guerra foi tão manchada do sangue dos homens mais ilustres”. Foram mortos, por exemplo, o filho de Catão de Útica e o do orador Hortênsio.

bagas e das espigas de trigo? Como compreender que uns possam continuar a cuidar das suas terras e outros se vejam forçados a abandoná-las? O pastor não compreendia, e o Poeta também não.¹³

No mar, foi necessário enfrentar as investidas de pirataria e os ataques de Sexto Pompeio, filho de Pompeio Magno, que se apoderara militarmente da Sicília e impedia o acesso aos cereais necessários ao abastecimento alimentar de Roma. Na sua cólera, o povo romano teria mesmo injuriado Octávio e ter-lhe-ia lançado pedras¹⁴, e foi a intervenção de Marco António que pôs cobro a este momento de grande instabilidade política e social.

Mas a grande batalha que marcou a viragem definitiva do regime foi, como se disse, a que se desenrolou, em 2 de Setembro de 31 a.C., junto a Áccio, e que terminou com a vitória de Octaviano contra o seu grande rival, Marco António.

Depois de Áccio: a *clementia* de Augusto

Em 27 a.C., foi atribuído a Augusto um escudo de ouro com as quatro *uirtutes* que o Senado lhe reconheceu: a *uirtus*, a *clementia*, a *iustitia* e a *pietas*. E de imediato passaram a fazer parte da ideologia do principado e de futuros príncipes. No que à virtude da *clementia* diz respeito, o confronto em Áccio marcará também uma mudança de atitude de Octaviano para com os seus opositores e rivais. De vingador implacável, Augusto passa a adoptar um comportamento conciliador. Relatando este confronto, o referido Patérculo (II, 86.2) assinala a clemência de Octaviano perante os vencidos, dizendo:

Victoria vero fuit clementissima, nec quisquam interemptus est, paucissimi et hi qui deprecari quidem pro se non sustinerent.

A vitória foi, no entanto, marcada por uma particular clemência e ninguém foi morto; apenas alguns, muito poucos, não quiseram solicitar o seu perdão.¹⁵

Esta atitude contrasta, sem dúvida, com o seu comportamento anterior. Até aniquilar Marco António, o jovem triúnviro nunca deixara de actuar com extrema crueldade, mostrando-se incapaz de perdoar aos opositores.¹⁶ O leitor de Suetónio fica horrorizado com o que o biógrafo dos Césares reporta na biografia de Augusto. A tal ponto que o próprio Virgílio, na

¹³ Insensível à dor dos descontentes, Octaviano sairá vitorioso da guerra de Perúsia, mas depois de massacrar altos dignitários, senadores e cavaleiros, cerca de 300 figuras da aristocracia local.

¹⁴ Segundo o testemunho do historiador Apianus, *Bellum Ciuile*, 5,68 (vd. J. Hellegouarc'h, comentador de Patérculo (1), nota a II, 77).

¹⁵ A mesma opinião em Patérculo, II, 87.2.

¹⁶ É costume avaliar a vida de Augusto dividindo-a em duas partes muito distintas: uma antes e outra depois da batalha de *Actium*, travada em 31 a.C., da qual saíram vencidos Marco António e Cleópatra, ele general romano, ela rainha egípcia. Suetónio, Plutarco e Dión Cássio permitem reconstruir essa batalha. A crueldade do futuro imperador domina a primeira parte. Diz-se que, na sequência da guerra de Perúsia (§ 23), fez sacrificar aos manes de J. César, nos idos de março, trezentos senadores e cavaleiros, de entre as figuras mais destacadas da cidade. (§ 15). Foi também acusado de actos ímpios, como suprimir a estátua de Neptuno, por ocasião da realização de jogos circenses, pelo facto de a sua frota ter sofrido dois naufrágios na Sicília. Para Néraudau (1996: 364), a derrota e a morte de M. António foram “as últimas violências fundadoras do Principado”.

Eneida, não conseguiu deixar de representar Eneias, o herói do poema conhecido pela sua humanidade, a sacrificar jovens e sacerdotes... E, muito significativamente, o poema termina com uma cena de extrema violência, com Eneias a matar, por *furor* e vingança, o seu rival (Turno), apesar de este lhe ter pedido perdão.¹⁷ O verso memorável que encerra a *Eneida* condensa (e condena) a violência deste gesto:

uitaque cum gemitu fugit indignata sub umbras.

e a sua alma indignada retirou-se para o reino das sombras.

Os comentadores da *Eneida* apontam esta cena – a morte de Turno às mãos do seu rival, Eneias – como uma forma de o poeta, desiludido, condenar o rumo dos acontecimentos, atribuindo ao *furor* do herói a eliminação do inimigo que se declara vencido.¹⁸

Todavia o espírito de crueldade de Octaviano foi-se atenuando à medida que iam desaparecendo aqueles que mais obstáculos opunham aos seus intentos de dominação. Com a derrota de Marco António desaparecia o seu último grande rival. Agora Octaviano poderia começar a dar provas da sua apregoada *clementia*.¹⁹ De facto, a partir de Áccio, o poder único vai-se reforçando a todos os níveis, esvaziando de sentido qualquer oposição. Sobravam ainda guerras no exterior, travadas por grandes generais ao seu serviço,²⁰ mas estas não chegaram a pôr em causa a liderança romana.

As Res Gestae

Das guerras civis e externas, destes conflitos e traumas, ficou-nos registo num texto celeberrimo, da autoria do próprio Augusto, as *Res Gestae*.²¹ Trata-se de uma extensa inscrição, gravada em placas de bronze e considerada (por Theodor Mommsen) a rainha das

¹⁷ Diz Néraudau (1996: 319): “Virgile montrait aussi à Auguste la nature de son pouvoir et du pouvoir politique en général.” No fundo, é o que o próprio Augusto diz quando se refere à paz instaurada nestes termos: *parta uictoriis pax*.

¹⁸ Nas homologias sugeridas pelo poema do Século, Turno poderá ser visto como Marco António, que se suicidou ao ver negado o perdão que pedira, e Eneias pode prefigurar Octaviano-Augusto, que foi incapaz de perdoar.

¹⁹ Plutarco lembra, nas *Vidas Paralelas, Vida de António* (78.2), como Octaviano chorou a morte de Marco António, que fora seu cunhado, seu companheiro de armas e que com ele tomou parte em muitas batalhas e em muitos negócios de Estado. E no cap. 86 refere que Octaviano deixou que Cleópatra fosse sepultada ao lado de Marco António. No dizer de Suetónio (*Aug.* 51), Augusto “Deu provas brilhantes e numerosas da sua *clementia* e afabilidade”, perdoando aos críticos do regime e aos maldizentes, desde que não lhe fizessem mal. Segundo Z. Yavetz (1993: 31), “He was impulsive and cruel in his youth; sensible, forgiving, and accommodating at the height of his power; and suspicious in old age.” E mais adiante (1993: 34): “The more secure Augustus felt, the more tolerant he became of his enemies and opponents, especially those who were no longer alive and could not endanger his position.” Um exemplo é o que se pode ver em Plutarco, *Cícero*, 49.5, onde se diz que elogiou Cícero a um neto que andava a ler (às escondidas) o grande orador: “era um homem eloquente, meu filho, eloquente e amigo da pátria.” E de facto, depois de Áccio, foi notória a mudança de atitude de Octaviano-Augusto. Por isso Z. Yavetz pôde afirmar que o carácter de Augusto não era particularmente complexo. “Foi cruel e impulsivo na sua juventude; foi sensível, inclinado ao perdão e amável no auge do seu poder, e foi desconfiado na velhice.” E o mesmo Yavetz explica: “Quanto mais seguro Augusto se sentia, tanto mais tolerante se tornou para com os seus inimigos e opositores, especialmente para com aqueles que já não viviam e não poderiam pôr em perigo a sua posição.”

²⁰ Em particular: Agripa, e, depois dele, Varo e Tibério.

²¹ Essa inscrição teria o seguinte título: *Res Gestae Diui Augusti, quibus orbem terrarum imperio populi Romani subiecit, et impensae quas in rem publicam populumque Romanum fecit*. “(D)os feitos do divino Augusto, mediante os quais submeteu ao poderio do Povo Romano o globo terrestre, e das despesas que fez pela República e pelo Povo Romano” (tradução de M. H. Rocha Pereira). O texto do título continua: *incisarum in duabus aeneis pilis, quae sunt Romae positae, exemplar subiectum*, isto é: “inscritos em dois pilares de bronze expostos em Roma, segue-se a cópia”.

inscrições latinas.²² Mas é inegavelmente uma inscrição simbólica, atendendo a que foi colocada junto ao Mausoléu de Augusto, no Campo de Marte, junto do qual surgiu um novo conjunto colossal constituído pela *Ara Pacis* (erigida depois da pacificação do Ocidente) e por um *horologium* gigantesco cujo gnómon era constituído por um obelisco trazido do Egipto. O *Altar da Paz* marcava, com a sua posição, a linha equinocial que coincidia com o nascimento de Augusto (21/23 de Setembro), “o que estabelecia um laço directo entre o nascimento do Príncipe e a paz do mundo” (Nicolet: 1988: 30). A significação simbólica e cosmocrática deste conjunto arquitectónico assente em bases astrológicas era manifestamente evidente. Ora, as *Res Gestae* pertencem a este quadro histórico-cultural. Daí que não seja possível estudar a ideologia do principado sem levar em linha de conta este valioso documento histórico, escrito na primeira pessoa, que Augusto quis legar ao povo de Roma, aos seus contemporâneos e à posteridade.²³ Tão importante pelo que diz como pelo que omite ou silencia, Augusto revela-se, neste documento, no mais pequeno pormenor: apresenta-se como o autor da paz reinante, ignora o nome e os actos dos rivais ou dos apoiantes, prefere esquecer as derrotas e insiste em registar os seus feitos recorrendo a vocábulos de nítido recorte auto-laudativo, como *auxi* (‘aumentei’), *triumphau* (‘triunfei’), *pacau* (‘pacifiquei’) entre outros.²⁴

As *RG* constituem uma espécie de relatório, uma exposição factual dos feitos do divino Augusto, apresentados ao longo de 35 parágrafos caracterizados por uma grande sobriedade e nos quais se divisam três conjuntos, a saber: 1) a acção política dos primeiros tempos e os *honores* com que foi cumulado (caps. 1-14); 2) as despesas (*impensae*) e as generosidades (*largitiones*) que a sua grande fortuna e o produto dos despojos de guerra lhe permitiram (caps. 15-24); 3) as acções exteriores, as conquistas, as vitórias ou os sucessos diplomáticos (caps. 25-33), a que servem de remate os caps. 34-35, que evocam a fundação do novo regime, em 27, e a outorga, no ano 2 a.C., do título de *Pater Patriae*.²⁵

Os primeiros parágrafos são particularmente elucidativos. Referem o papel desempenhado pelo *Princeps* em três feitos da maior relevância: 1) a restituição da liberdade à República; 2)

²² Quando morreu, em 19 de Agosto de 14 da nossa era, Augusto deixou registadas, em letra de forma e em material duro, para serem divulgadas por todo o império, as suas *Res Gestae*, os seus feitos desde que ascendeu ao poder, com 19 anos, até o deixar, com 76 anos. As *Res Gestae* constituem um documento excepcional. O seu testemunho principal e mais completo está contido no “Monumentum Ancyranum”, achado em 1555 nas proximidades de Ankara por um estudioso holandês. É a “rainha das inscrições latinas”, como lhe chamou Theodor Mommsen. Suetónio (Aug. 101.4) refere-se a este texto sob a designação de *Index rerum gestarum*.

²³ Augusto deixou de compor a sua Autobiografia e passou à escrita e reescrita das *Res Gestae*, pois pretendia que as suas acções fossem recordadas como paradigmas exemplares para a posteridade. Ele não se contentava com ser *imperio maximus*, mas sim *exemplo maior*.

²⁴ Como afirma Yavetz (1984: 26), foi de actos e não de sentimentos que Augusto deixou registo nas suas *Res Gestae*.

²⁵ Como qualquer registo histórico ou memorial, as *RG* não contemplam todos os feitos do *Princeps*. Segundo Brunt e Moore, editores e comentadores das *Res Gestae* (1967: 4), estas inserem-se numa prática que o próprio Augusto instituiu: a de colocar no seu novo Fórum estátuas de figuras ilustres com os seus *elogia*. O texto de Augusto é, evidentemente, um *elogium* mais elaborado e mais longo. Como dizem os referidos comentadores, “It is equally clear that such a document was bound to be an apologia, containing the things which Augustus wished to be remembered about his life and omitting things which were inconsistent with the picture he was drawing.” Como tem sido observado pelos comentadores das *RG*, Augusto não nomeia Marco António, nem nenhum outro cidadão romano, com excepção de membros da família, ou cónsules mencionados para datação dos acontecimentos que refere. Ele constrói a sua oposição a António como sendo a defesa da República.

a perseguição aos autores do cesaricídio; 3) as inúmeras guerras e a *clementia* de que deu provas. Vejamos os textos, em tradução de M. Helena da Rocha Pereira:

1.

Annos undeiginti natus exercitum priuato consilio et priuata impensa comparauī, per quem rem publicam a dominatione factionis oppressam in libertatem uindicauī. (RG 1.1)

“Aos dezanove anos de idade, formei um exército, por decisão particular e a expensas próprias, por meio do qual restitui à liberdade a República, oprimida pelo domínio de um partido.”

Neste primeiro parágrafo, note-se a pouca idade com que Octaviano formou um exército, a expensas próprias e por decisão própria, a fim de libertar a República da opressão de um grupo de facção. Disposto a assumir o papel de herdeiro de Júlio César e de líder dos Cesarianos, formou em 44 a.C. um exército, com o objectivo de se opor aos apoiantes de Marco António, que se considerava a figura mais bem colocada para liderar o movimento e suceder ao ditador assassinado.

2.

Qui parentem meum trucidauerunt, eos in exilium expuli iudiciis legitimis ultus eorum facinus, et postea bellum inferentis rei publicae uici bis acie. (RG 2)

“Os que assassinaram o meu pai, mandei-os para o exílio, vingando com legítimo julgamento o seu crime, e mais tarde, quando eles vieram fazer guerra à República, por duas vezes os venci em linha de batalha.”²⁶

No seguimento do parágrafo anterior, Augusto apresenta-se como vingador da memória do seu pai adoptivo e como defensor da liberdade. Juntamente com Marco António, fez guerra aos tiranicidas, enfrentando-os por duas vezes, no ano de 42 a.C., em Filipos, na Macedónia. Uma lei do Senado (*lex Pedia*), de 43, condenara os cesaricidas e, como era de lei, condenava-os ao exílio. Note-se o cuidado de Augusto em dizer que actuou *iudiciis legitimis* na perseguição movida contra os conspiradores.

3.

Bella terra et mari ciuilia externaque toto in orbe terrarum saepe gessi, uictorque omnibus ueniam petentibus ciuibus peperci. 2. Externas gentes, quibus tuto ignosci potuit, conseruare quam excidere malui. 3. Millia ciuium Romanorum sub sacramento meo fuerunt circiter quingenta. Ex quibus deduxi in colonias aut remisi in municipia sua stipendis emeritis millia aliquanto plura quam trecenta, et iis omnibus agros adsignauī aut pecuniam pro praemiis militiae dedi. (RG 3.1-3)

Muitas vezes fiz guerras, em terra e no mar, civis e com o estrangeiro, em todo o mundo, e, uma vez vencedor, perdoei a todos os cidadãos que imploraram vénia. Aos povos estrangeiros, a quem foi possível perdoar sem perigo, preferi conservá-los a destruí-los. Cerca de 500.000 cidadãos romanos me prestaram juramento militar. Dentre esses, estabeleci-os em colónias ou restitui-os aos seus municípios, uma vez

²⁶As duas vitórias são as duas batalhas de Filipos. Augusto não diz que o primeiro combate foi vencido por António e inglório para ele.

terminado o serviço militar, um pouco mais de 300.000; a todos eles atribuí terras ou dei dinheiro em recompensa da milícia.

Neste passo, há uma primeira referência às guerras que travou no mar e em terra e ao modo clemente como actuou para com os vencidos, quer os que lhe pediam perdão, quer os que não ofereciam qualquer perigo à supremacia romana. As palavras de Augusto parecem ser um eco daquele famosíssimo passo da *Eneida* em que Anquises revela a Eneias que a missão de Roma consiste em *parcere subiectis, debellare superbos* (6.853), ‘poupar os vencidos e derrubar os orgulhosos’.²⁷ Donde se conclui que, no confronto dos povos com Roma, há duas hipóteses apenas, e ambas perdedoras: ou submeter-se a Roma ou recusar-se à obediência e ser subjugado.

Um outro aspecto a ter em conta neste §3 é a referência ao facto de ter tido ao seu dispor tropas leais, que compensou quando terminaram o serviço militar, dando-lhes terras ou dinheiro. Augusto regista a distribuição de terras, mas ignora quanto sofrimento e dor essa forma de pagar aos soldados causou aos cidadãos, pequenos lavradores, detentores dessas terras: foi um drama que mesmo Virgílio não pôde ignorar, pondo em cena, na *Bucólica I*, a desolação do pastor que tem de abandonar as suas doces terras.

Terra marique parta uictoriis pax: a paz ou a teoria da “obediência”²⁸

Na terceira parte das *Res Gestae*, os §§ 26-33 registam os principais sucessos alcançados, no plano militar e diplomático, sobre povos estrangeiros, mediante os quais se foi alargando a área de influência do poderio romano. Augusto começa por dar uma visão de conjunto, quase panorâmica, das vitórias que alcançou sobre muitos povos, da Hispânia ao rio Elba:

4.

Omnium prouinciarum populi Romani quibus finitimae fuerunt gentes quae non parerent imperio nostro fines auxi. Gallias et Hispanias prouincias, item Germaniam, qua includit Oceanus a Gadibus ad ostium Albis fluminis paccavi. (RG 26. 1-2)

Aumentei o território de todas as províncias do Povo Romano que tinham por vizinhos povos que não obedeciam ao nosso império. Pacifiquei as províncias da Gália e das Hispânicas e também a Germânia, na parte limitada pelo Oceano, desde Cádiz à embocadura do rio Elba.

Neste passo, são referidos vários povos resistentes, incluindo, muito claramente, a Germânia. E, na verdade, Germanos e outros povos, entre os quais os Bretões e os Partos, nunca

²⁷ Cláudia Teixeira (2014: 63 e sgs.), em comentário ao passo, analisando a ligação entre a missão de Roma e o estabelecimento da *Pax Romana*, sublinha a semelhança do modo de actuar de Eneias e de Augusto “no tocante à política de formação de alianças com povos externos” (2014: 65), e vê nela o desejo ou propósito de Augusto de não continuar com a forte tendência hegemónica do *imperium* sobre os outros povos. Com o pragmatismo que Galinski (1996: 6) reconheceu como traço fundamental da cultura augustana, Augusto estabelece alianças com povos itálicos, oriundos de contextos culturais muito distintos.

²⁸ O conceito de “teoria da obediência” é de Giovannella Marrone (1996: 99); a ideia está já formulada no v. VI, 853, tantas vezes citado: *parcere subiectis et debellare superbos*, o que implica a soberania absoluta de Roma sobre o mundo inteiro.

deixaram de atormentar os sonhos de expansão de Roma. Horácio (*Odes* 3.5, 1-4) exprime bem o sentimento de que apenas eles perturbavam a perfeita felicidade e o domínio de Augusto:

Acreditámos sempre que no céu reina o trovejante Júpiter:
E Augusto, entre nós, como um deus na terra será tido,
logo que os Bretões e os terríveis Persas
ao império forem anexados.²⁹

Assim, Roma debatia-se com problemas essencialmente causados pelos Partos³⁰ e por Bretões e Germanos. A Germânia sempre causara, já desde os tempos do general Mário, problemas ao poder romano. Numa das suas *Odes* (*Odes* IV, 3.26), Horácio fala mesmo da *horrida Germania*. Mas o mais clamoroso desastre militar do exército romano em terras germânicas aconteceu em 9 d.C., com a derrota das três legiões de Varo. Na sequência deste desastre, resultado de uma emboscada, a Europa germânica ficou, como já se escreveu, à margem da romanização. Sobre esta pesada derrota nada ficou registado nas *Res Gestae*. Fora tão traumática que, segundo conta Suetónio, Augusto se vestiu de luto durante muito tempo, ao mesmo tempo que implorava: “Varo, Varo, dá-me as minhas três legiões!”

Não obstante esta perda irreparável, no geral a política exterior augustana conseguiu estabelecer as fronteiras do império de forma quase definitiva, fazendo-o muitas vezes por via diplomática.³¹ No § 32 das *R.G.*, Augusto elenca um conjunto de povos que solicitaram a amizade do Povo Romano, como sejam os Partos, os Bretões, os Suevos, entre outros, acrescentando o seguinte:

5.

Plurimaeque aliae gentes expertae sunt p. R. fidem me principe quibus antea cum populo Romano nullum extiterat legationum et amicitiae commercium. (32.3)

E muitos outros povos experimentaram a lealdade do Povo Romano durante o meu principado, povos esses com os quais anteriormente não existia nenhuma troca de embaixadas ou de amizade.³²

²⁹ Cf. *Odes*, 1.21 e notas. Os Partos (os Persas) correspondem ao perigo da fronteira oriental, ao passo que os Bretões representam a fronteira a ocidente e o respectivo perigo. Mas os ataques contra Partos e Bretões nunca ocorreram.

³⁰ No tempo de Crasso, os Romanos sofreram dura derrota, deixando os estandartes no campo de batalha em Carras, no ano de 53 a.C.; os desaires militares repetiram-se 40 e depois em 36 (no tempo de Marco António), e essas insígnias serão recuperadas apenas por via diplomática em 20 a.C., no tempo de Augusto, que deixa registado esse feito no § 29.2: *Parthos trium exercitum Romanorum spolia et signa reddere mihi supplicesque amicitiam populi petere coegi. Ea autem signa in penentrali quod est in templo Martis Vltoris reposui.* “Forcei os Partos a devolver-me os despojos e insígnias de três exércitos romanos e a suplicar a amizade do Povo Romano. Essas insígnias, depusitei-as no santuário de Marte Vingador.”

³¹ Há quem defenda que ele foi um grande conquistador, à semelhança de Alexandre e do seu pai adoptivo, mas outros sublinham o facto de só avançar para a guerra quando estritamente imperioso, quando os povos representavam real perigo para a soberania romana. Soube sobretudo criar reinos vassallos e subjugar reinos bárbaros, que circundavam, por assim dizer, os limites do império.

³² Referir-se-ia, neste caso, a Etíopes e Árabes, segundo os comentadores das *RG* Brunt and Moore, em nota ao passo.

No tempo de Augusto, o olhar romano abarcava o mundo, o *orbis terrarum*. Um mapa, da iniciativa do general Agripa, foi exposto aos olhos dos Romanos num pórtico construído no Campo de Marte. Neste mapa, Roma ocupava, segundo Néraudau (1996: 335), a posição central.

Concluindo

Já no final da vida, Augusto promulgou um édito no qual se pode ler uma espécie de justificação, por parte do *Princeps*, da decisão de se ter mantido no poder como senhor único de Roma. Foi transcrito por Suetónio (*Aug.* 28) e rezava assim:

“Conceda o céu que o Estado se mantenha em plena prosperidade e que em troca eu recolha a compensação à qual aspiro de ser apontado como o fundador do melhor dos regimes e de levar comigo, ao morrer, a esperança de que os fundamentos do Estado se manterão inabaláveis, tais como eu os consolidei.”

No seu testamento político, o *Princeps* lembra (*R.G.* 12) como, no ano 9 a.C., “O Senado, em honra do meu regresso, mandou consagrar no Campo de Marte um altar da *Paz Augusta*, encarregando os magistrados, os pretores e as Vestais de aí celebrarem um sacrifício anual”. E, reforçando a ideia de que a paz fora restabelecida, afirma (§ 13) que o templo de Jano, aberto em períodos de guerra, foi fechado por três vezes, durante o seu principado.³³

É verdade.

Mas importa sublinhar que a paz de Augusto é baseada na ausência de conflitos entre súbditos de um mesmo e único poder, por verdadeira falta de oposição. Por isso, Adrian Goldsworthy (2007: 300) escreveu:

“Quando Augusto morreu, em 14 d.C., já não restava ninguém vivo com memória dos tempos em que a República funcionava de modo tradicional.”

Tudo tinha mudado, de facto. E o anel-sinete de que Augusto se servia não deixa de exprimir, mais eloquentemente do que qualquer outro sinal, as várias fases da sua actuação ao longo do seu longo principado. Segundo Suetónio (*Aug.* 50): “O selo que punha nas actas públicas, instruções e cartas foi primeiramente uma esfinge, depois a cabeça de Alexandre Magno e por último o seu próprio retrato.”

Por fim, e a corroborar o que foi dito, lembrem-se duas estátuas famosas, o Augusto de Prima Porta e o Augusto da Via Labicana, que espelham duas fases atrás referidas da vida de Augusto e são o melhor exemplo da arte ao serviço da propaganda augustana: na primeira, datável de c. 20 a.C., Augusto é retratado como *Imperator*, comandante militar e protector do

³³ Suetónio (*Aug.* 22) recorda o encerramento do templo de Jano Quirino e as três entradas triunfais de Octaviano em Roma, em honra das vitórias de Augusto sobre a Dalmácia, *Actium* e Alexandria, em três dias seguidos.

Império. A presença de um pequeno Cupido sugere a ligação de Augusto à *gens Iulia* e, portanto, insinua uma ascendência divina para o *princeps* e a sua família. Quanto à estátua encontrada na Via Labicana, datável dos anos 10 a. e d. C., representa-o na qualidade de *Pontifex Maximus* e espelha a concentração e a profundidade do olhar, a *dignitas* e a *grauitas* do responsável máximo pela religião em Roma e o traço de união da terra e dos céus. Acrescente-se que tanto uma estátua como outra estão já longe da expressão de energia selvagem, fria crueldade e insaciável ambição, como acontecia nos retratos do jovem triúviro.³⁴

Referências

- Bordet, M. (1993). *Síntese de História Romana*. Tradução de Zaida França e Amílcar Guerra. Porto: Edições Asa.
- Brunt, P. A. & Moore, J.M. (Eds) (1967). *Res Gestae Diui Augusti. The achievements of the Divine Auguste*. With an introduction and commentary by (...). Oxford: Oxford University Press.
- Étienne, R. (1970). *Le siècle d'Auguste*. Paris: Armand Colin.
- Fraschetti, A. (2005). *Augusto, Imperador de Roma*. Tradução de Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Lisboa: Editorial Presença.
- Gaillard, J. (1994). *Introdução à Literatura Latina*. Tradução e notas de Cristina Pimentel. Lisboa: Editorial Inquérito.
- Galinsky, K. (1998). *Augustan Culture*. Princeton: Princeton University Press.
- Goldsworthy, A. (2007). *Generais Romanos. Os homens que construíram o Império Romano*. Tradução de Carlos Fabião. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Grimal, P. (1997). *O Século de Augusto*. Tradução de Rui Miguel Oliveira Duarte. Lisboa: Edições 70.
- Gruen, E. S. (1993). The Imperial Policy of Augustus. In Kurt A. Raaflaub and Mark Toher (Eds), *Between Republic and Empire. Interpretations of Augustus and his Principate*. Berkeley, Los Angeles, London (pp. 395-416): University of California Press.
- Levick, B. (2010). *Augustus: Image and Substance*. Harlow / London / New York: Longman.
- Marrone, G. Cr. (1996). *Ecumene Augustea. Una politica per il consenso*. Roma: "L'Herma" di Bretschneider.

³⁴ Veja-se esta opinião em R. Étienne (1970: 16). Sobre a iconologia do poder no tempo de Augusto, leia-se, com muito proveito, P. Zanker (1992).

- Millar, F. & Segal, E. (Orgs.) (1984). *Caesar Augustus. Seven Aspects*. Oxford: Clarendon Press (2002, repr.).
- Montero, S., Bravo, G. & Martínez-Pina, J. (n.d.). *El Imperio Romano*. Madrid: Visor Libros.
- Néraudau, J.-P. (1996). *Auguste. La brique et le marbre*. Paris: Les Belles Lettres.
- Nicolet, Cl. (1988). *L'Inventaire du Monde. Géographie et politique aux origines de l'Empire romain*. Paris: Fayard.
- Oliveira, Fr. (2010). Sociedade e Cultura na Época Augustana. In Maria Cristina de Sousa Pimental e Nuno Simões Rodrigues (Coords), *Sociedade, Poder e Cultura no Tempo de Ovídio*, Coimbra (pp. 11-36): Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra.
- Plutarco (2010). *Vidas Paralelas. Demóstenes e Cícero*. Tradução do grego, introdução e notas de Marta Várzeas. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos.
- Raaflaub, K. A. and Toher, M. (Eds) (1993), *Between Republic and Empire. Interpretations of Augustus and his Principate*. Berkeley, Los Angeles, London, University of California Press.
- Rich, J. (2003). Augustus, War and Peace. In L. de Blois, P. Erd Kamp et al. (Eds), *The Representation and Perception of Roman Imperial Power*, Amsterdam (pp. 329-357).
- Southern, P. (1999). *Augustus*. London and New York: Routledge.
- Syme, R. (1939). *The Roman Revolution*. Oxford.
- Teixeira, Cl. (2014). *Pax e Concordia na Eneida de Virgílio*. In Belmiro Fernandes Pereira & Jorge Deserto (Orgs), *Symbolon III - Paz e Concórdia*. Porto (pp. 63-74): Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Yavetz, Zvi (1984). The *Res Gestae* and Augustus' Public Image. In F. Millar & E. Segal (Orgs), *Caesar Augustus. Seven Aspects*. Oxford (pp. 1-36): Clarendon Press (2002, repr.).
- Yavetz, Zvi (1993). The personality of Augustus: Reflections on Syme's *Roman Revolution*. In Kurt A. Raaflaub and Mark Toher (Eds), *Between Republic and Empire. Interpretations of Augustus and his Principate*. Berkeley, Los Angeles, London (pp. 21-41): University of California Press.
- Zanker, P. (1992). *Augusto y el poder de las imagines*. Versión española de Pablo Diener Ojeda. Revisión técnica de Walter Trillmich. Madrid: Alianza Editorial.